

## VÁRZEA DO CARMO LAVADEIRAS, CAIPIRAS E "PRETOS VÉIOS"<sup>1</sup>

Carlos José Ferreira dos Santos

Em vários momentos de suas histórias, as cidades passam pela construção de identidades diferenciadas. No livro "As Cidades Invisíveis", de Ítalo Calvino, é possível compreender que não deveríamos confundi-las com os discursos que as descrevem, pois é possível "construir" cidades diferentes conforme acentuamos determinadas dimensões (CALVINO, 1990).

Cada sujeito, individualmente e em seu grupo social, com sua maneira de refletir e experimentar suas vivências, constrói e reconstrói as cidades. Isso não exclui a idéia de que existam identidades coletivas, mas ressalta a possibilidade da diversidade e da diferenciação. Guardados os devidos cuidados em relação à idéia de determinação do tipo causal-temporal, acreditamos em um processo histórico diverso que vem interagindo com a constituição das memórias, patrimônios, identidades, vivências, concepções e práticas sobre as cidade de São Paulo.

O presente artigo tem como tema mais amplo o estudo da exclusão e construção de algumas dessas vivências e "identidades" na capital paulista, durante um dos momentos mais marcantes da sua estruturação urbana-social e populacional: a virada do século XIX para o XX. Um processo que julgamos relacionado à escolha de determinadas memórias e patrimônios como representativos da história de São Paulo e, ao mesmo tempo, relativo ao "silêncio" acerca de diferentes espaços e experiências<sup>2</sup>.

Sobre a cidade neste período, é costumeiro encontrarmos descrições que apontam suas áreas, particularmente as mais centrais, em plena urbanização e industrialização, marcadas pela forte presença de imigrantes, especialmente italianos. Dimensões relacionadas à expansão do complexo cafeeiro e da ferrovia. Uma época de modernização e europeização que marcou São Paulo até os dias atuais.

Porém, como Calvino, acreditamos que a história de cidades como São Paulo é constituída por variadas percepções, presentes nos diversos usos, discursos, intervenções e imagens construídas através do tempo, fugindo por vezes das visões

---

<sup>1</sup> Artigo publicado In MEMÓRIA E ENERGIA. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000, 96 p.

<sup>2</sup> Sobre o assunto destacamos a coletânea SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: 1992.

totalizantes e consagradas. Pensamos São Paulo como composta por territórios <sup>3</sup> perceptíveis através das memórias de seus sujeitos históricos; dos espaços; dos patrimônios; dos discursos e das intervenções urbanísticas; dos usos que constituem costumes e tradições, por vezes subversivas, marginais e indesejadas em relação às perspectivas dos poderes públicos, criando um campo de disputa e atritos no “qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 14). Concordamos assim também com o que escreve Pierre Bourdieu ao acentuar que “às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983, p. 82).

Não estamos com isso desejando negar a relação entre as descrições costumeiras sobre São Paulo e a realidade, mas ponderar acerca de outras dimensões possíveis, como as reveladas pelos conjuntos de fotografias mantidos nos acervos públicos e privados, entre estes o da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, fundamental para quem deseja pesquisar a urbe em sua diversidade.

Durante a realização da nossa pesquisa de Mestrado <sup>4</sup>, partimos dessas inquietações, respaldadas na observação do diversificado universo urbano, arquitetônico e humano da atual região metropolitana de São Paulo e buscamos sua relação com o processo histórico de formação da metrópole contemporânea. Procuramos acompanhar a presença e a forma como foram apresentados, ou não, espaços e sujeitos sociais nem sempre considerados como significativos para a metropolização paulistana, tanto pela historiografia como por aqueles que descreveram ou atuaram sobre a metrópole.

O estudo foi direcionado às camadas populares nacionais da população - os chamados negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra, conforme as denominações que aparecem nos documentos estudados - em sua interação com a urbanização paulistana entre 1890-1915. Analisamos alguns dos espaços mais centrais da cidade de São Paulo e suas redondezas: Triângulo Central, Várzea do Carmo e Sul da Sé <sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> O conceito de território é aqui trabalhado a partir do sentido apontado por Maria Stella Bresciani e Raquel Rolnik. Sobre a idéia de uso destacamos a leitura apresentada por Lucrécia D'Aléssio Ferrara. Ver Bibliografia.

<sup>4</sup> A dissertação foi defendida junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP com auxílio financeiro da CAPES e orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Antonacci. Publicada como: SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998. Atualmente realizamos o doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi.

<sup>5</sup> Triângulo Central (Rua Direita, São Bento, XV de Novembro e, particularmente, o Largo Nossa Senhora do Rosário, que ficava onde hoje está a Praça Antonio Prado), Várzea do Carmo (região do atual

Este artigo aborda particularmente a então denominada Várzea do Carmo, um dos espaços mais ricos em manifestações socioculturais dessas camadas “indesejadas” pelo poder público. Buscamos com isso apresentar um pouco do trabalho que efetuamos e, ao mesmo tempo, apresentar algumas dimensões não costumeiras sobre a história da cidade de São Paulo.

Neste sentido, o discurso do ex-Secretário da Justiça e da Segurança Pública, futuro presidente da República, Washington Luiz, à frente da Prefeitura Municipal durante a gestão de 1914 a 1919, quando em diálogo com os textos dos memorialistas e algumas das fotografias da Várzea preservadas pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, permite acompanhar a significativa presença dos nacionais despossuídos nesse espaço e em suas vias de acesso, possibilitando também apreender aspectos diferenciados da São Paulo de então, bem como as ações e perspectivas dos que estavam no poder <sup>6</sup>.

Em sua fala, ao justificar a necessidade de sanear e urbanizar aquela região, o prefeito gradualmente deixou vir à tona aspectos da imagem que os grupos no poder possuíam em relação aos dessa parcela da população. *"[O novo parque] não pode ser adiado", explica o prefeito, "porque o que hoje ainda se vê, na adiantada capital do estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda sua extensão."* <sup>7</sup>

Compreende-se que a cidade não era apenas composta por um centro comercial e financeiro, bairros nobres e operários com ar europeu, especialmente italiano, como se tornou costumeiro descrevê-la no período. Existiam outras áreas, que fugiam ao modelo urbanístico sanitário pretendido. Taxados de insalubres e perigosos, esses lugares e a população que neles convivia cotidianamente vivenciaram a tentativa de sua reconstrução, por parte dos poderes públicos municipais.

É interessante refletir sobre as expressões médico-sanitárias utilizadas pelo prefeito para descrever o supostamente "feio, sujo e perigoso" como uma "chaga mal cicatrizada" que deveria ser extirpada pela ação "científica" dos projetos modernizadores, da administração e da higiene pública. O que nos remete a uma postura que justificava a ação dos poderes municipais a partir de um suposto preceito pelo qual

---

do Parque Dom Pedro II e do Mercado Público Municipal, parte da região cortada pelo Rio Tamanduateí), Sul da Sé (área hoje localizada entre a Praça da Sé, parte do Glicério e da Liberdade).

<sup>6</sup> Acerca das perspectivas e práticas do poder público em São Paulo foi fundamental a leitura de Michael Foucault. Ver Bibliografia.

o município deveria ser organizado e gerenciado por princípios baseados na ciência positiva da medicina e do direito <sup>8</sup>.

"Nessa vasta superfície acidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas, ficam estagnadas águas em decomposição que alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incômodo e a moléstia aos moradores confinantes; no tempo das secas formam-se as trombas de poeira que sujam e envenenam a cidade; a espaços, o mato cresce a esconder imundices que o sustentam, não obstante o zelo da Limpeza Pública, tudo isso com grave dano para a saúde dos munícipes."

As autoridades municipais deveriam encontrar muitas dificuldades em estabelecer seu modelo de limpeza e comportamento à Várzea do Carmo e sua população. Ou seja, essa região, de certa maneira, não se amoldava e mesmo fugia ao controle desejado pelos órgãos públicos, "não obstante o zelo da Limpeza Pública".

Não só as moléstias e as moscas causavam receio, mas também o comportamento daqueles sujeitos vinculados à Várzea. O uso e a percepção que possuíam daquele espaço, expresso em grande parte na maneira como aparecem nas fotografias relacionadas à Várzea - lavando roupas e cavalos, conduzindo carroças, etc. - além de representar aspectos da maneira de como viviam suas experiências na cidade, se contrapunha às normas e códigos desejados, correspondendo assim a uma vivência subversiva e marginal, portanto perigosa.

"É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita".

Aqui transparece que a parcela nacional da população era significativa nessa região desqualificada, condenada à remodelação pelas autoridades municipais. Ou, pelo menos, se os nacionais não fossem em grande número, o comportamento rejeitado logo a princípio, pelas palavras do prefeito, era fortemente vinculado a esses sujeitos sociais

---

<sup>7</sup> A fala de Washington Luiz encontra-se em TORRES, 1969, p. 182-183.

<sup>8</sup> Sidney Chalhoub, analisando o episódio da destruição do cortiço carioca "Cabeça de Porco", localiza as origens de um dos "pontos fundamentais" da maneira pela qual eram tratadas as diferenças urbanas na virada do século: o "surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas 'administrada', isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos" (CHALHOUB, 1990, p. 4)

e aparentemente atribuído a todos os despossuídos relacionados a aquele espaço considerado perigoso. Os termos utilizados para descrevê-los revelam, em boa parte, a tentativa de desqualificar e mesmo condenar o seu modo de vida como “promíscuo, nojoso, vagabundo”.

Mais que qualquer outra, essa parcela carregava no corpo as marcas de um passado não desejado e, nos costumes, a resistência à lógica do que se pretendia consolidar. As medidas solicitadas para a urbanização da Várzea afetavam em especial esses sujeitos sociais, que vivenciaram suas experiências naquele espaço.

"Tudo isso pode desaparecer e tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo" .

No lugar do perigoso e do incontrolável, um parque seguro; do promíscuo, o saudável; do feio, o belo; da sujeira, o asseio e a higiene; da imoralidade, a moralidade; da barbárie, a civilização. No lugar da antiga Várzea freqüentada por incivilizados negros e mestiços, um confortável parque construído a partir do projeto do francês Cochet.

Em nome de um determinado modelo de higiene, moral e segurança foram perseguidos todos aqueles que fugiram à tentativa dos grupos à frente do poder público municipal em controlar e subordinar a população paulistana a uma ordem em formação. Além da Várzea do Carmo, é possível compreender a intenção de excluir socialmente as parcelas populacionais indesejadas em outras áreas próximas ao perímetro urbano central. Novamente os nacionais despossuídos foram os mais afetados por esse intuito.

Há o intento claro de relacionar pobreza ao crime e taxar certas regiões como sendo os celeiros naturais das "classes perigosas", misturando os que se tentava marginalizar com a marginalidade<sup>9</sup>. Entre os tipos mais populares nessa área ganham destaque as "lavadeiras da Várzea" - as "lavadeiras do Carmo" ou simplesmente as "lavadeiras" - com suas trouxas de roupas, dirigindo-se ao Rio Tamandateí. As fotos e

---

<sup>9</sup> A expressão "classes perigosas" foi utilizada pelo Chefe de Polícia João Augusto de Padua Fleury em 1879, no *Relatório Apresentado ao Presidente da Província de São Paulo*. Já o estudioso das classes populares, Louis Chevalier (CHEVALIER, 1978), emprega o termo em um estudo acerca dos trabalhadores franceses durante o século XIX. A expressão ainda pode ser encontrada no livro de Gertrude Himmelfarb, especialmente no tópico "Las 'Clases Andrajosas' y las 'Clases Peligrosas'" (HIMMELFARB, 1988), no qual a autora analisa a pobreza dos grupos sociais da Inglaterra no século XIX. Sidney Chalhoub discute, em um artigo intitulado "Classes Perigosas", as origens da utilização dessas terminologias no Brasil no final do século XIX e sua ligação com o termo "classes pobres" (CHALHOUB, 1990.).

a detalhada descrição de Jorge Americano são importantes registros sobre essas mulheres trabalhadoras fora das fábricas.

Com expressões mais amenas em comparação aos termos utilizados por Washington Luiz, Jorge Americano descreve o que era compreendido como sendo a região denominada Várzea do Carmo e seus acessos: "A Várzea do Carmo era alagadiça no tempo das chuvas", observa o autor. "Na seca, entre o Gasômetro e o Carmo, dois braços do Tamanduateí formavam uma ilha. Um desses é o leito atual e o outro corria paralelo à Rua 25 de Março até untar-se ao primeiro, ali pela altura do atual mercado." (AMERICANO, 1957, p. 146-7). Americano oferece detalhes de alguns dos caminhos que as lavadeiras percorriam rumo ao Tamanduateí:

"Da Rua Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade, desciam lavadeiras de tamancos, trazendo trouxas e tábuas de bater roupa. À beira da água, juntavam a parte traseira à dianteira da saia, por um nó no apanhado da saia, a qual tomava aspecto de bombacha. Sugavam-na pela parte superior, amarravam-na à cintura com barbante, de modo a encurtá-la até os joelhos ou pouco acima, tomando agora o aspecto de calção estofado. Deixavam os tamancos, entravam n'água e debruçavam-se sobre o rio, sem perigo de serem mal vistas pelas costas."

Certas imagens da Várzea do Carmo no período mostram algumas daquelas mulheres, sendo possível perceber a maneira como dispunham a saia para realizarem o trabalho, a utilização de uma espécie de banquinho para "bater roupa", o cesto e, em volta, dividindo o mesmo espaço, cavalos bebendo água e sendo tratados por outras pessoas. "Terminada a lavagem recompunham o vestuário, calçavam os tamancos e subiam a encosta". Jorge Americano, por último, aparentemente lamentando-se, conclui: "Isso durou até que o poder público resolveu aterrar e ajardinar a Várzea do Carmo."

A reurbanização da Várzea, interferiu no cotidiano dessas mulheres e de outras personagens relacionadas à região, como acentua a crônica de Americano. Isto é, as "lavadeiras da Várzea", sua maneira de trabalhar e de se relacionar entre si e com a cidade, apesar de terem convivido por um longo período com as alterações que procuravam remodelar São Paulo, foram afetadas com o aterramento e ajardinamento da Várzea. Porém, muito provavelmente e também de modo cotidiano encontraram outras formas de conviverem na e com a Paulicéia.

O trabalho dessas mulheres deveria ser muito requisitado pelos habitantes da cidade, pelo que se acompanha a partir da frequência com que aparecem nas fotos da Várzea e redondezas, nas memórias de alguns dos cronistas e pela quantidade de roupas lavadas, como se apreende em algumas fotos. Para o viver urbano de muitas famílias e

mesmo para o próprio funcionamento da modernidade paulistana, essas mulheres eram essenciais.

As lavadeiras não estavam necessariamente subordinadas ao controle sistemático das autoridades municipais, o que certamente representava um incômodo aos grupos à frente do poder local. O memorialista Geraldo Sesso Junior, em "Retalhos da Velha São Paulo", aparentemente concorda que aquelas mulheres eram prejudiciais à imagem da cidade e em certas ocasiões fugiam ao necessário controle desejado. Descrevendo as lavadeiras como "briguentas" e com um comportamento fora dos padrões morais exigidos em relação às mulheres na época, Sesso Junior comenta:

"Outras cenas desagradáveis, que frequentemente ocorriam e que se tornaram comuns, [...] eram as tradicionais 'brigas das lavadeiras', que então ocorriam na Várzea do Carmo. Como tais fatos tragi-cômicos, que o povo também considerava como sendo de 'pouca vergonha', [...] quando da falta da água [...]. Numerosos grupos de mulheres apressadas se dirigiam em direção à Várzea do Carmo. A maioria era ex-escravas e mamelucas, sendo poucas as mulheres brancas. [...] Acontecia que muito antes de se acomodarem, cada qual em seus lugares, já se iniciava a discussão que era acompanhada de impropérios e palavrões e terminava em brigas - tudo isso para a disputa de melhores lugares. Raro o dia em que a polícia não era chamada a intervir, havendo, às vezes, até necessidade de as autoridades realizarem alguma prisão, principalmente quando se tratava de lavadeiras mais exaltadas, que brigavam como homem. A algazarra e os gritos histéricos das mulheres eram ouvidos à distância; todas as vezes que tal acontecia, podia-se notar enorme aglomeração de populares e curiosos, que, dos outeiros do Carmo e do Largo das Casinhas [Largo do Tesouro], se divertiam gostosamente, presenciando, lá em baixo, na Várzea do Carmo, a já costumeira e tradicional 'briga da lavadeiras'." (SESSO JR., 1983, p. 79).

Não se trata aqui de negar ou afirmar a existência de tal comportamento por parte daquelas mulheres, mas sim acompanhar a tentativa de ressaltar ou descrever como negativos aspectos de um modo de vida considerado inconveniente. A intenção era de relacionar as lavadeiras a algo indigno para a Paulicéia que se urbanizava. Porém, as lavadeiras, em sua maioria "ex-escravas e mamelucas", trabalhavam e manifestavam nuances de seus costumes e tradições culturais em um espaço público, transportando o resultado de seu trabalho pelas ruas.

Em muitas das fotos é possível notar ainda a presença do conhecido "Mercado Caipira" ou "Mercado dos Caipiras", no qual os moradores das áreas mais distantes - Penha, Nossa Senhora do Ó, Santana, Santo Amaro, Guarulhos entre outras localidades - vinham vender seus produtos agrícolas, medicinais, artesanais, madeira e outros artefatos para os moradores das regiões mais centrais da Paulicéia.

Esses sujeitos sociais, que marcaram presença em São Paulo na virada do século, ficaram conhecidos como "caipira ou caboclos", em parte em decorrência da distância

de suas residências, em parte por causa de suas origens indígenas, características físicas e comportamentais vinculadas à população pobre nacional <sup>10</sup>.

A Várzea do Carmo provavelmente também era, há muito tempo, o lugar de maior confluência dos caipiras e de todos que vinham das áreas mais distantes para negociar seus produtos. As fotos contribuem com essas considerações por mostrarem o movimento de algumas carrocinhas descendo e subindo a Ladeira do Carmo, hoje parte da Avenida Rangel Pestana, em direção à Várzea e atuais vias de acesso <sup>11</sup>.

Os relatos de alguns dos memorialistas mais sensíveis não deixaram de destacar a presença dessas figuras típicas de São Paulo da virada do século. Jorge Americano, um desses autores suscetíveis, descreve em suas reminiscências a figura de um daqueles trabalhadores que vale a pena ler contrapondo às fotos:

"Escuta-se à distância um chiado estridente, como o canto de cigarras. Vem aumentando, e aparece o carro, com 'lenha bruta', vindo de Santo Amaro, puxado por juntas de bois. Tange-os, ao lado, um caipira, descalço, de chapéu grande e lenço no pescoço, com uma vara de acicate ao ombro.

Comprando 'lenha bruta' paga-se quatro vezes o preço das carrocinhas de meio metro cúbico e recebe-se quantidade seis ou sete vezes maior, despejada à calada.

Daí a pouco aparece um preto descalço, de machado ao ombro, e se oferece para rachar e recolher.

Racha na rua e depois recolhe.

Somando o preço da lenha ao que se paga ao preto lenhador, da diferença a favor do comprador, entre dois e três mil réis." (AMERICANO, 1957, p. 121).

O "mercado de rua" exercido pelos caipiras barateava o preço de alguns produtos e auxiliava o viver cotidiano de vários paulistanos, colaborando mesmo, por um bom tempo, com o próprio desenvolvimento urbano da cidade, por facilitar a circulação de alimentos e outras mercadorias produzidas nas áreas mais distantes. Da mesma maneira, os caipiras contribuía também para a existência de outras atividades nas ruas e praças,

---

<sup>10</sup> Auguste Saint-Hilaire explica a origem do termo "caipira": "notam-se nos traços de alguns deles os caracteres da raça americana [índios], seu andar é pesado e eles têm um ar rústico e desajeitado. Os cidadãos têm pouca consideração por eles, designados pelo injurioso apelido de caipiras, que provavelmente se origina da palavra curupira, pela qual os antigos habitantes do país chamavam os demônios mal fazejos que habitavam as matas. Parece mesmo que este último termo ainda é conservado até hoje sem alteração e sempre com significado injurioso" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 138). Ernani Bruno Silva Bruno analisa: "O fato é que o indígena diretamente ou através do mameluco e depois mais diluído no caipira, deixaria marcas bastante visíveis em São Paulo ainda no século passado. O caboclo genuíno da Freguesia do Ó ou da Conceição de Guarulhos, participava da existência das cidade - já um tanto cosmopolitada - trazendo gêneros de sua roça os produtos de sua indústria primitiva para vender no mercado paulistano. O mesmo podendo dizer poder de Santo Amaro e Itapeverica ..." (BRUNO, 1954, p. 49).

<sup>11</sup> Maria Odila Leite da Silva Dias oferece mais sinais, ao analisar as mulheres "carroceiras e vendedoras" que perambulavam pela cidade desde a primeira década do século passado. Em seu estudo analisa que a Várzea do Carmo era "um dos pontos preferidos de encontro" dos que realizavam aquelas atividades (DIAS, 1984, p. 16-17).



como a do "preto lenhador" e a dos carregadores localizados em torno dos mercados que aparecem nas fotos focalizando os mercados situados na Várzea.

Deste modo, além de circular pelas ruas das regiões mais centrais e nos bairros mais distantes, o principal ponto de comércio e referência dos "caipiras" era mesmo a Várzea do Carmo. Como narra Henrique Raffard: "Os caipiras continuam a vir de manhã com seus burrinhos carregados, e pelas 11 horas são ainda encontrados no velho mercado, outros preferem oferecer seus gêneros de porta em porta" (RAFFARD, 1977, p. 20). Ao que tudo indica, aquela localidade concentrava um grande leque de atividades comerciais ligadas a produtos alimentícios e outros gêneros. Existia, até 1890, o "antigo Mercado", cujo pátio era ocupado pelas "barraquinhas de vendedores de legumes" e outros produtos <sup>12</sup>.

Jacob Penteado, no livro "Belenzinho 1910", narra como, ainda garoto, entrou em contato com os mercados populares do Carmo. Essa mesma região, descrita por Washington Luiz como repugnante, era considerada pelo escritor como oferecendo um "belo passeio", onde se encontravam mercadorias, que variavam de aves e outros animais típicos da fauna brasileira aos produtos alimentícios e medicinais.

É interessante colocar as fotografias em diálogo com as reminiscências de Penteado.

"Todas as semanas, eu e tia Roma íamos ao Mercado Municipal, antes Mercado Grande, na Rua 25 de Março, ao pé da Rua General Carneiro, antiga Ladeira João Alfredo. Ao seu lado, já nos terrenos da Várzea, havia o chamado Mercado Caipira onde ficavam os vendedores de farinha de mandioca, milho, doces de frutas, aves doméstica, papagaios, araras, macacos, ouriços, ervas medicinais, etc. Defronte da ladeira Porto Geral saía o trezinho da Cantareira [...] Um belo passeio, pois atravessávamos a Várzea inteirinha, então cheia de valetas, lagoas e mato bem alto." (PENTEADO, 1962, p. 58).

O provável comportamento repressor das autoridades paulistanas em relação aos caipiras também não seria algo exclusivo do período aqui analisado, uma vez que desde os anos setenta do século XIX é possível reparar esse procedimento em relação aos que trabalhavam nas ruas e praças da cidade de São Paulo. Isso se torna perceptível quando em 1876, de acordo com as informações oferecidas por Ernani Silva Bruno, a municipalidade recusou "um pedido das Pretas de Nação, quitandeiras de verduras", no sentido de se transferirem do Largo do Carmo para o Pátio do Colégio, onde poderiam vender com mais intensidade suas mercadorias, por ser aquele "lugar mais concorrido".

---

<sup>12</sup> Muitas das informações acerca dos mercados e de suas localizações foram obtidas junto às fotografias.

Conforme os dados fornecidos por Silva Bruno, no outro ano a "própria Câmara resolveu que" tanto quitandeiras como carroceiros "que vendiam as suas mercadorias estacionados na rua do Palácio [atual Rua do Tesouro] entre as ruas da Imperatriz [atual XV de Novembro] e do Comércio [atual Álvares Penteado]" se mudassem para a Praça do Mercado e para o Pátio do Colégio. Essa mudança de opinião, contudo, não significou uma alteração da mentalidade dos poderes públicos. Muito pelo contrário, a municipalidade estava levando em conta a inconveniência que quitandeiras e carroceiros passaram a representar ao trânsito e à estética de uma área que rapidamente se modernizava e europeizava. Isso fica enunciado levando em conta o lugar para onde foram transferidas, conforme análise do memorialista Cerqueira Mendes:

"Na rua das Sete Casinhas [atual Álvares Penteado] e no beco dos Minas [sem localização], caipiras e pretas africanas, com insistências interesseiras, apregoavam verduras, frutas, gulodices e saúvas torradas, e isso com grande mágoa de Jules Martin [autor da planta da cidade de 1890], que preferia escravizá-las e vesti-las pelos figurinos de sua imaginação delicada... " (BRUNO, 1954, p. 1137).

A situação fica mais explícita quando levamos em consideração outros personagens, que estiveram presentes tanto na Várzea como em outras regiões da cidade: os vendedores de ervas ou ervanários, por vezes também descritos como "curandeiros", "benzeduras", "pretos véios". Algumas fotos nos trazem essas figuras de marcante presença pelas ruas e praças da Paulicéia na virada do século.

Esses homens vendiam folhas secas, raízes, cascas de pau, frutas, figas, chifres de veado e de bode, unhas de cabra, couros, pelos e uma infinidade de produtos, misturados com pássaros e outros animais. As informações acerca do que era comercializado por aquelas pessoas foram obtidas através da leitura das descrições dos memorialistas, de um trabalho atento no acompanhamento das fotos e olhando, ainda hoje, vendedores e "tendas" de ervas, raízes e outros produtos pelas áreas mais centrais ou não de São Paulo<sup>13</sup>.

Os ervanários, possivelmente muito populares em São Paulo pela preocupação que causavam às autoridades, descendiam direta ou indiretamente das mais antigas raízes culturais do povo brasileiro - índios e negros. F. C. Hoehne, no livro "O que Vendem os Hervanários da Cidade de São Paulo", editado em 1920, decerto expressava muito do que pensavam as autoridades estaduais e municipais sobre tais figuras, uma

---

<sup>13</sup> Entre os livros que trazem informações do que era comercializado nos ervanários foram consultados: AMERICANO, 1954; BRUNO, 1954; HOEHNE, 1920; PENTEADO, 1962.

vez que a obra foi editada com o apoio do Serviço Sanitário do Estado e pela Casa Duprat, onde podemos ler:

"Saber-se o que vendem os ervanários e o que fazem os curandeiros, se nos afigura uma questão de máxima importância para a saúde pública e consideramos muito bem empregado todo tempo e dinheiro que se dispensa para o seu completo elucidamento.

Em alguns ervanários estabelecidos nesta cidade, no mercado chamado dos caipiras, encontram-se as ervas empilhadas sob um relheiro baixo, de zinco, exalando fétido pútrido, cobertas de mofo, misturadas, uma miscelânea, enfim, que mais parece um depósito de lixo que um armazém de ervas medicamentosas ou salutares. Muito converia que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio, evitando assim o perigo que representa uma tal falta de higiene, e que se regulamentasse, não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação, mais ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado..." (HOEHNE, 1920).

Partindo de uma dúvida acerca do que "fazem os curandeiros" - o que nos permite apreender um certo descontrole das autoridades sobre aquela atividade - e mesmo dizendo-se sem as precisas informações, o autor desqualifica a forma como eram vendidas as ervas e o lugar, estabelecendo uma comparação com "um depósito de lixo".

"O resultado de qualquer negócio não depende da oferta e sim da procura. Se pois o povo ainda não chegou a um grau de adiantamento capaz de avaliar e compreender a nulidade dos amuletos, fígas, rezas e benzedoras; se mesmo pessoas de famílias mais cultas muitas vezes procuram favas e fígas contra quebranto e mau olhado, para dependurá-los ao pescoço dos seus herdeiros, e têm confiança em uma oração, por que razão haveríamos de censurar as pessoas que se dedicam a tal comércio?"

A influência dos ervanários, curandeiros, feiticeiros sobre a população causava tanto ou mais receio do que o suposto perigo à saúde pública. O prestígio dessas pessoas deixa transparecer pois a permanência de valores que os grupos no poder tentavam destruir, mas que resistiam influenciando hábitos e costumes de muitas pessoas, para o espanto e receio de F. C. Hoehne, temeroso com a possibilidade da ordem pública ser "perturbada".

Talvez Hoehne estivesse exagerando por estar envolvido em uma provável disputa entre o saber positivo da medicina contra o saber popular da cura descrito como um "kaos".<sup>14</sup> Porém, uma cidade cuja assistência médica provavelmente era muito precária (SESSO, 1983, p. 89), o papel dos "ervanários", "benzedores", "curandeiros", "pretos véios" deveria ser de fundamental importância para boa parte da população,

---

<sup>14</sup> "Se procurarmos syndicar da origem destas duas profissões [ervanários e curandeiros] afins, verificaremos que a sua história se confunde com aqueles dos 'Brahmanes' e 'Fakiris' da Índia, e com dos 'obeahs' ou 'vudus' da África, perdendo-se nos kaos místicos dos séculos. A miscelânea a que se dedicam, mostra bem a sua origem híbrida e fins suspeitados a que se destinam" (HOEHNE, 1920, p. 23).

além do profundo enraizamento cultural dessas pessoas e suas crenças entre as camadas populares brasileiras. Ou seja, esses sujeitos sociais muito provavelmente gozavam do respeito de vários paulistanos, o que aumentava a importância de sua insubordinação em relação ao saber positivo da medicina e da higiene sanitária.

Essa situação certamente era um verdadeiro desafio à tentativa de constituição de uma moral ligada à ordem do trabalho, à formação de um mercado de trabalho ordenado e à construção de códigos espaciais urbanos, que pretendiam facilitar a disciplinalização, combatendo o perigo do "contágio" derivado de costumes e tradições indesejáveis.

A definição acerca de quem seria considerado vagabundo, no "Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879", evidencia mais ainda a associação entre a "justiça", ação higienista e a repressão às experiências sociais e culturais indesejáveis. Apesar da data do documento não corresponder ao período aqui estudado, suas proposições básicas permaneceram válidas para outros períodos, e, de certa forma, ainda permanecem norteando a ação policial na atualidade. O "Relatório do Chefe" esclarece:

"São considerados vagabundos, pelo Artigo 300 do Regimento número 120 de 31/1/1842 os indivíduos que não têm domicílio certo nem profissão, ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência. Não têm domicílio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte do Império a sua habitação ordinária e permanente, ou não estiverem assalariados, ou agregados à alguma pessoa ou família." (RELATORIO, 1879, P. 46).

A exigência de "domicílio certo" e de um trabalho assalariado ou "agregado a alguma família" permite verificar pelos menos duas prováveis intenções, profundamente atadas, das autoridades municipais. Uma delas é a de reprimir a itinerância da população para melhor controlá-la nos espaços funcionais da cidade, possibilitando a tentativa de construir comportamentos desejáveis entre os trabalhadores. A outra é o intuito de impedir o convívio e a "contaminação" social e cultural derivada de pessoas consideradas perigosas à ordem que se desejava estabelecer.

No entanto, as próprias constantes transformações urbanas, as dificuldades econômicas vivenciadas por boa parte dos habitantes da Paulicéia e o tipo de atividades que possuíam muitos, especialmente a parcela nacional, decerto fazia com que o número de candidatos ao título de vagabundo fosse grande. Pelo documento, os modos de vida

que fugissem a esse controle seriam discriminados, combatidos e prescritos como crimes pelo direito positivo.

O "Código de Posturas do Município de São Paulo" (1886) reforça essa intenção, ao tratar dos "curandeiros" em seu "Título XVII - Sobre Vagabundos, Embusteiros, Tiradores de Esmola, Rifas". Transparece, nas entrelinhas do Código, a estreita relação entre tradições e costumes rejeitados e o que era considerado delito. Mantendo, em linhas gerais, a definição de vagabundo citada no "Relatório do Chefe de 1879", as Posturas tratam do seguinte modo os "curandeiros":

"TÍTULO XVII SOBRE VAGABUNDOS, EMBUSTEIROS,  
TIRADORES DE ESMOLA, RIFAS [...]"

Artigo 199 - Todos que se intitularem curandeiros de feitiços, ou efetivamente empregarem orações, gestos ou quaisquer embustes, a pretexto de curar, incorrerão na multa de 30\$ e oito dias de prisão.

Artigo 200 - Os que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural e prognosticarem acontecimentos que possam causar sérias apreensões no ânimo dos crédulos, sofrerão a multa de 30\$ e dez dias de prisão. [...]" (CODIGO, 1940, p. 26-27).

Lavadeiras, caipiras, ervanários, curandeiros, "pretos véios" somam-se, guardadas as devidas diferenciações, a outras personagens que experimentaram essas intervenções do poder público dia a dia, seja nas localidades mais distantes ou no perímetro mais central. Ruas, praças, becos, igrejas desapareciam e/ou eram remodeladas. Costumes, tradições e pessoas eram prescritas, presas e/ou excluídas. Aparentemente, ao findar do século XIX e início do XX, quase todos os espaços urbanos paulistanos mais centrais vivenciavam essa espécie de "cruzada" em nome de uma eventual civilização, seguindo os modelos europeus contra uma suposta "barbárie" dos não europeus e dos quase não europeus.

Entretanto, cabe sempre ressaltar que tal processo em nome da "modernização" não ocorreu isento de controvérsias e resistência, das mais variadas formas. Por isso, considerar a Várzea do Carmo e seus sujeitos na constituição da história de São Paulo é um dos aspectos fundamentais para aqueles que procuram compreender as cidades como constituídas por diferenciadas experiências, memórias, patrimônios, identidades e territórios, orientando uma prática mais igualitária e democrática sobre a cidade nos dias atuais.

## BIBLIOGRAFIA

- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: Ortiz, Renato (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).
- BRESCIANI, Maria Stella. *As sete portas da cidade*. *Espaço & Debate: cidade e história*, São Paulo, n. 34, p. 14, 1991.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 3 v.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas*. In: *Trabalhadores*. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth, 1990.
- CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX*. Paris: Libraire Generale Française, 1978.
- CODIGO de posturas do Município de São Paulo de 6 de Outubro de 1886*. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1940.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Ana Gertrude de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986. 189 p.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza*. Inglaterra a principios de la era industrial. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- HOEHNE, F. C. *Os que vendem os hervanários da cidade de São Paulo*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado, Casa Duprat, 1920.
- PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo: Martins, 1962. 322 p.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977. (Biblioteca Academia de Letras, v. 4).
- RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879*. São Paulo: Tipografia do Diário de Santos, 1879.
- ROLNIK, R. *História urbana: história na cidade?*. In: FERNANDES, Ana (Org.), GOMES, Marco A. F. (Org.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras*

*no século XIX e XX – Seminário de História Urbana*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1990. p. 28).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro à Minas Gerais e à São Paulo, 1822*. São Paulo: EDUSP, Itatiaia, 1974.

SÃO PAULO (SP). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: 1992. 235 p.

SESSO JUNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1983. 348 p. il.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O bairro do Brás*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura - DPH, 1969. 250 p. (Série História dos Bairros de São Paulo).

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

---

CARLOS JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS é Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e autor do livro *Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*.